



# CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE



Rua 24 de Janeiro, 53 - Bairro 6 de Agosto - Rio Branco/AC - CEP: 69.905-596  
Tel. (68) 3302-7200 - www.riobranco.ac.leg.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO	PROCESSO LEGISLATIVO
NÚMERO: _____/20____	NATUREZA: Projeto de Resolução Legislativa nº17/2019
DATA: _____/_____/20____	AUTOR: Vereador Mamed Dankar 30 de abril de 2019.
DOCUMENTAÇÃO:	ASSUNTO: "Cria a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos do Consumidor".
AUTOR:	
ASSUNTO:	

## ENCAMINHAMENTO

1º	<i>A Procuradoria Legislativa.</i> <i>Em: 02/05/19</i> <i>Isabelle Souza Pereira Pontes</i> Diretora Legislativa	4º	
2º		5º	
3º		6º	

RECEBIDO  
Em: 30 / 04 / 19  
Isabelle Souza Pereira Pontes  
Diretora Legislativa

**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17 /2019**

**“Cria a Frente Parlamentar de Defesa  
dos Direitos do Consumidor”**

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO,  
Faz saber que o plenário da Câmara Municipal aprovou e ela promulga a seguinte  
Resolução :

Art. 1º - Fica Instituída a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos do Consumidor.

Parágrafo Único - A Frente terá caráter suprapartidário, tendo como objetivo reunir os parlamentares desta Casa de Leis, comprometidos em ampliar e debater sobre políticas públicas em Defesa dos Direitos do Consumidor.

Art. 2º - Faculta-se a todos os Vereadores desta Casa a adesão à frente.

Parágrafo Único – Os Parlamentares desta Casa poderão solicitar a adesão a Frente Parlamentar no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da promulgação desta Resolução, os quais serão nomeados por Ato da Presidência, com publicação em órgão Oficial.

Art. 3º - Compete a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos do Consumidor, sem prejuízo de outras atribuições decorrentes de sua natureza institucional, realizar estudos e debates e tomar providências no sentido de:



I – acompanhar as políticas públicas direcionadas as questões em Defesa dos Direitos do Consumidor dentro do município de Rio Branco;

II – monitorar a execução de planos relacionados à temática em Defesa dos Direitos do Consumidor;

III – realizar estudos sobre problemas relacionados ao Direito do Consumidor, propondo, quando for o caso, soluções e alternativas;

IV – acompanhar, discutir e sugerir proposições legislativas correlatas a Defesa dos Direitos do Consumidor.

Art. 4º - A Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos do Consumidor, desenvolverá atividades, debates, encontros, seminários e outros eventos atinentes a sua temática.

Parágrafo único – A frente Parlamentar de Defesa dos Direitos do Consumidor ora criada, manterá relação com o Poder Público Estadual, bem como, com outras frentes parlamentares similares, inclusive de outros Estados e Municípios; bem como, a administração pública e com entidades não governamentais com afinidade ao tema de Defesa dos Direitos do Consumidor.

Art. 5º - A frente Parlamentar de Defesa dos Direitos do Consumidor do município de Rio Branco será composta de forma pluripartidária por vereadores que a ela aderirem voluntariamente, preocupados e envolvidos com a questão.

Art. 6º - Os trabalhos da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos do Consumidor serão coordenados por um Presidente e um Vice-Presidente que serão eleitos pelos membros da frente parlamentar para o mandato de 02 (dois) anos, admitida uma recondução.

Art. 7º - As reuniões da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos do Consumidor serão comunicadas no plenário e quando possível no site institucional do Poder Legislativo e ocorrerão periodicamente em datas e locais estabelecidos pelos seus membros





§1º - As reuniões de que trata o “caput” deste artigo serão abertas e poderão contar com a participação de entidades representativas dos segmentos da sociedade civil e qualquer cidadão que tenham interesse no tema.

§2º - A frente terá como objetivo contribuir com ideias para a Defesa dos Direitos do Consumidor, na proposição de soluções, no auxílio e parceria com o poder público e estadual, na Defesa dos Direitos do Consumidor rio-branquense.

Art. 8º - A Frente Parlamentar, após a promulgação desta Resolução, terá um Coordenador Presidente e um Secretário (a), designado pelo Presidente da Câmara Municipal, até o término da 14ª Legislatura.

§1º - Ao fim do prazo estipulado do caput deste artigo, o Coordenador Presidente, convocará reunião para eleição de nova coordenação, na forma do Art. 6º desta Resolução.

Art. 9º - A Frente Parlamentar dos Direitos do Consumidor publicará relatórios de suas atividades, bem como reuniões, seminários, simpósios e encontros, afim de possibilitar ampla transparência e participação da sociedade.

Art. 10º - Esta Resolução Legislativa entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões “EDMUNDO PINTO DE ALMEIDA NETO”, em 30 de abril de 2019.

  
**Mamed Dankar**

Vereador de Rio Branco

### *Justificativa*




O Presente Projeto de Resolução tem como objetivo criar a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos do Consumidor para o município de Rio Branco-AC. O Objetivo da Frente é amparar, através de políticas públicas os consumidores, prejudicados e que precisam de soluções urgentes que venham de encontro com suas necessidades, respeito à sua dignidade, saúde e segurança, proteção de seus interesses econômicos, transparência e harmonia das relações de consumo.

As leis que regem as relações entre os fornecedores e consumidores devem ir ao encontro da harmonização dos interesses nas relações de consumo, baseando-se no equilíbrio. Elas devem ser pautadas no respeito mútuo e no bom senso.

Para atingir esse estado de equilíbrio, é preciso educar os cidadãos acerca dos seus direitos e deveres, por meio de políticas pautadas na defesa do consumidor.

“Quem nunca teve algum problema para trocar algum produto com defeito, mesmo apresentando a nota fiscal dentro do prazo de garantia?” Por isso, a importância de defender e tornar público os direitos do consumidor que são: Proteção da vida e da saúde, Educação para o consumo, Informação, Proteção contra publicidade enganosa ou abusiva, Proteção contratual, Reparação de danos, Acesso à justiça, Defesa de direitos do consumidor e Serviços públicos, previstos no **artigo 6º** do Código de Defesa do Consumidor.

Levando em consideração tais necessidades e fundamentos, solicito aos nobres Vereadores a aprovação do presente Projeto de Resolução que a cria a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos do Consumidor.

  
MAMED DANKAR  
Vereador - PT



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
DIRETORIA LEGISLATIVA**



**PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº17/2019**

**AUTOR: VEREADOR MAMED DANKAR**

**ASSUNTO:** "Cria a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos do Consumidor".

**DESPACHO**

Remetam-se os autos à Procuradoria Legislativa para emissão de parecer jurídico.

Rio Branco/Acre, 30 de abril de 2019.

  
**Izabelle Souza Pereira Pontes**  
**Diretora Legislativa**  
**Portaria 007/2019**